

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

CARLISE FÜHR

**IMPLEMENTAÇÃO DE PÁTIOS DE COMPOSTAGEM NO  
MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS:  
DESCRIÇÃO DE UMA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NO  
PÁTIO COMUNITÁRIO DO ECOQUILOMBO**

São José - SC  
2023

CARLISE FÜHR

**IMPLEMENTAÇÃO DE PÁTIOS DE COMPOSTAGEM NO  
MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS:  
DESCRIÇÃO DE UMA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NO  
PÁTIO COMUNITÁRIO DO ECOQUILOMBO**

Trabalho de Conclusão de Curso na Pós-Graduação em Educação Ambiental com Ênfase na Formação de Professores do Câmpus São José do Instituto Federal de Santa Catarina, para a obtenção do certificado de Especialista em Educação Ambiental com Ênfase na Formação de Professores.

Orientador: Gustavo Gaciba da Silva

São José - SC  
2023

CARLISE FÜHR

**IMPLEMENTAÇÃO DE PÁTIOS DE COMPOSTAGEM NO  
MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS:  
DESCRIÇÃO DE UMA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NO  
PÁTIO COMUNITÁRIO DO ECOQUILOMBO**

Este trabalho foi julgado adequado para obtenção do título em Especialista em Educação Ambiental com Ênfase na Formação de Professores, pelo Instituto Federal de Santa Catarina, e aprovado na sua forma final pela comissão avaliadora abaixo indicada.

São José, 11 de dezembro de 2023.

---

Prof. Me Gustavo Gaciba da Silva  
Orientador e Presidente  
Instituto Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dra. Luciana Gelsleuchter Lohn  
Examinadora  
Instituto Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Felipe Silveira de Souza  
Examinador  
Instituto Federal de Santa Catarina

**IMPLEMENTAÇÃO DE PÁTIOS DE COMPOSTAGEM NO  
MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS:  
DESCRIÇÃO DE UMA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NO  
PÁTIO COMUNITÁRIO DO ECOQUILOMBO**

Carlise Führ<sup>1</sup>  
Gustavo Gaciba da Silva<sup>2</sup>

**Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo compreender como o poder público municipal de Florianópolis tem se mobilizado na implementação de pátios de compostagem, com vistas a cumprir as metas do PMGIRS - Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (2016) e na Lei PMF nº 10.051/2019. Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental, analisando os diferentes editais ou documentos similares lançados pelo poder público municipal, com o propósito de construir ou subsidiar pátios de compostagem. Essa pesquisa foi acompanhada por uma observação participante no projeto do EcoQuilombo, localizado no bairro Itacorubi - Florianópolis/SC, contemplado com a construção de um pátio comunitário de compostagem, por meio de chamada pública lançada pelo poder público municipal, no ano de 2020. A escolha do espaço ocorreu pelo fato de a pesquisadora compor o coletivo responsável pela operacionalização do pátio. A pesquisa contou ainda com uma entrevista com a presidenta da ABI - Associação do Bairro Itacorubi, à qual o projeto está vinculado. Para a análise dos dados recorreu-se ao agrupamento e categorização dos dados, na perspectiva de Barros e Lehfeld (2010), classificando-os em três categorias: benefícios, desafios e problemáticas que envolvem a operacionalização do pátio de compostagem do EcoQuilombo.

**Palavras-chave:** EcoQuilombo. Lei Municipal de Florianópolis nº 10.051/2019. Pátios Comunitários de Compostagem.

**IMPLEMENTATION OF COMPOSTING YARDS IN THE  
MUNICIPALITY OF FLORIANOPOLIS:  
DESCRIPTION OF A PARTICIPANT OBSERVATION IN THE  
ECOQUILOMBO COMMUNITY COURTYARD**

**Abstract**

The present work aims to understand how the municipal public authorities of Florianópolis have mobilized in the implementation of composting yards, with a view to meeting the goals

---

<sup>1</sup> Pós graduanda do curso de Especialização em Educação Ambiental com Ênfase na Formação de Professores do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). E-mail: cacajaehn@gmail.com

<sup>2</sup> Professor orientador, Mestre em Educação Científica e Tecnológica pelo PPEGCT (Programa de Pós Graduação em Educação Científica e Tecnológica) da UFSC. Professor efetivo do Instituto Federal de Santa Catarina (IF-SC), Campus São José. E-mail: gustavo.gaciba@ifsc.edu.br

of PMGIRS - Municipal Plan for Integrated Solid Waste Management (2016) and Law PMF nº 10.051/ 2019. To this end, documentary research was carried out, analyzing the different notices or similar documents released by the municipal public authorities, with the purpose of building or subsidizing composting yards. This research was accompanied by participant observation in the EcoQuilombo project, located in the Itacorubi neighborhood - Florianópolis/SC, which was awarded the construction of a community composting yard, through a public call launched by the municipal government, in 2020. The choice of space occurred due to the fact that the researcher was part of the collective responsible for operating the courtyard. The research also included an interview with the president of ABI - Associação do Bairro Itacorubi, to which the project is linked. For data analysis, data grouping and categorization were used, from the perspective of Barros and Lehfeld (2010), classifying them into three categories: benefits, challenges and problems involving the operationalization of the EcoQuilombo composting yard.

**Keywords:** EcoQuilombo. Law Florianópolis City Hall nº. 10.051/2019. Community Composting Yards.

## 1 INTRODUÇÃO

Em 08 de abril de 2019 foi aprovada em Florianópolis a Lei PMF (Prefeitura municipal de Florianópolis) nº 10.051 que dispõe sobre a obrigatoriedade da reciclagem de 100% dos resíduos sólidos orgânicos no município, até o ano de 2030. Essa lei vem para buscar alternativas sustentáveis para o processamento desse tipo de resíduos gerados no município, que atualmente são destinados a um aterro sanitário localizado na região metropolitana. Antes do surgimento dessa legislação, entretanto, o PMGIRS - Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (2016) já estabeleceu como meta para a compostagem de 100% dos resíduos orgânicos do município, até o ano de 2026.

De acordo com os dados disponíveis na página da SMMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 35% dos resíduos domiciliares coletados são orgânicos. Destes, 24% são restos de alimentos e 11% são podas verdes. Grande parte desse material é encaminhado para o aterro sanitário, localizado em um município da região metropolitana, para o qual a prefeitura paga R\$156,81 por tonelada tratada (SMMA FLORIANÓPOLIS, s.d.). Os dados transcrevem numericamente a importância a ser alcançada pela lei municipal, considerando seu caráter ambiental e econômico.

Destaca-se que a lei supracitada vem ao encontro das orientações da Lei nº 12.305/2010, que institui a PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos. Nela encontramos os objetivos, as diretrizes e os instrumentos para uma gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos. Cria-se desta forma, sobre cada ator social, cada sujeito participante do processo uma responsabilidade acerca dos resíduos gerados,

cabendo o envolvimento do poder público, setor privado, consumidores, fabricantes e comerciantes na busca de mecanismos e alternativas para um destino e tratamento adequado dos diferentes resíduos gerados.

Nesse processo, a reciclagem tem se apresentado como um importante ponto de discussão, geralmente vista como uma alternativa viável para uma redução dos impactos negativos causados pelos resíduos sólidos, ao meio ambiente. A reciclagem é definida na PNRS como o “processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos” (BRASIL, 2010, art. 3º, XIV). Sob essa perspectiva, pode-se afirmar que a compostagem se caracteriza em um processo de reciclagem, ao viabilizar a transformação dos resíduos orgânicos sólidos em composto. (SANTA CATARINA, 2017).

Iniciativas de compostagem não só impactam na redução do volume de resíduos destinados aos aterros sanitários, como impactam no orçamento necessário para o transporte e armazenamento desses resíduos, que geralmente são destinados para aterros distantes dos centros urbanos. A separação e coleta adequada dos resíduos sólidos auxiliam na higienização e sanitização do ambiente, por evitarem a proliferação de insetos e animais transmissores de doenças. E ainda, proporcionam a produção de adubo utilizável nas hortas comunitárias e na jardinagem dos espaços públicos, reduzindo o investimento necessário nesse setor.

Em Florianópolis, iniciativas de pátios descentralizados de compostagem datam de aproximadamente 30 anos, sendo um dos precursores o Programa Beija Flor, instituído pela COMCAP - Autarquia de Melhoramentos da Capital e a prefeitura municipal, em 10 comunidades. Programa atualmente descontinuado. Porém, persistiram as iniciativas de compostagem no município e a prática foi consolidada a partir da atuação do Departamento de Engenharia Rural da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, por meio da compostagem termofílica<sup>3</sup>. Aperfeiçoada ao longo do tempo, essa prática passou a ser disseminada e conhecida como “o método UFSC” (*Ibidem*).

Enquanto ferramenta de educação ambiental, sua relevância consiste no fato de “ser um laboratório vivo, a visitação aos pátios de compostagem permite a interação com as pessoas, que podem compreender o ciclo dos resíduos orgânicos e a relação com a

---

<sup>3</sup>“Em função da arquitetura na montagem das leiras, que inclui grande parte de materiais estruturantes (como palha e serragem) ordenados com camadas de resíduos orgânicos, são estabelecidas condições favoráveis para a ação microbiológica, em especial de bactérias termofílicas cuja ação eleva a temperatura do material acima dos 55° C, promovendo a higienização e eliminação de patógenos, bem como a rápida e eficiente degradação dos resíduos orgânicos.” (SANTA CATARINA, 2017, p. 15).

alimentação saudável, possibilitando sua disseminação nas residências, escolas e comunidades.” (SANTA CATARINA, 2017, p. 11).

Contudo, apesar da disseminação da prática ao longo desses 30 anos e de sua reconhecida relevância pelos diversos benefícios obtidos, as iniciativas de compostagem no município ainda se mostram insuficientes para atender as orientações da PNRS. Essa afirmativa está baseada nos dados apresentados pela SMMA de Florianópolis, que indica que no período de 01/01/2023 à 02/10/2023 somente 4,55% dos 35% de resíduos potencialmente compostáveis, de fato foram encaminhados para esse processo (SMMA FLORIANÓPOLIS, 2023).<sup>4</sup> Cenário cuja expectativa é de mudança, considerando a aprovação da Lei municipal nº 10.501/2019, que torna obrigatória a compostagem dos resíduos orgânicos no município.

Estabelecendo como meta a reciclagem, até 2030, de 100% dos resíduos orgânicos gerados no município, essa lei corrobora com o proposto na PNRS (2010), ao determinar acerca da proibição do envio de resíduos sólidos compostáveis, aos aterros sanitários, bem como corrobora com o proposto no PMGIRS (2016). Frente a essa determinação, cabe ao poder público municipal traçar estratégias de ação que viabilizem o tratamento adequado desses resíduos. E consta na referida legislação municipal como prioritária a implementação de ações de “iniciativas comunitárias, coletivas ou de cooperativas de catadores” (FLORIANÓPOLIS, 2019, art. 5º, § 1º). Prevendo-se que “O gerenciamento das atividades será acompanhado, assessorado e viabilizado pelos órgãos municipais responsáveis segundo legislação vigente.” (*Ibidem*, § 2º).

Diante dessa proposição, o poder público municipal tem se mobilizado para a implementação de novos pátios comunitários de compostagem, sendo uma das comunidades contempladas o Morro do Quilombo, localizado no bairro Itacorubi - Florianópolis-SC. A coleta seletiva de resíduos orgânicos vem sendo realizada nesta comunidade desde o mês de outubro de 2021. E conforme relatório disponibilizado pela COMCAP, a coleta desviou 50,5 toneladas de resíduos orgânicos do aterro sanitário, no período de 25/10/2021 a 31/10/2023 (SOUZA, 2023). Atualmente esses resíduos são compostados no pátio da própria instituição. Porém, para atender a demanda de compostagem compreendida por essa coleta, foi construído um pátio de compostagem na comunidade.

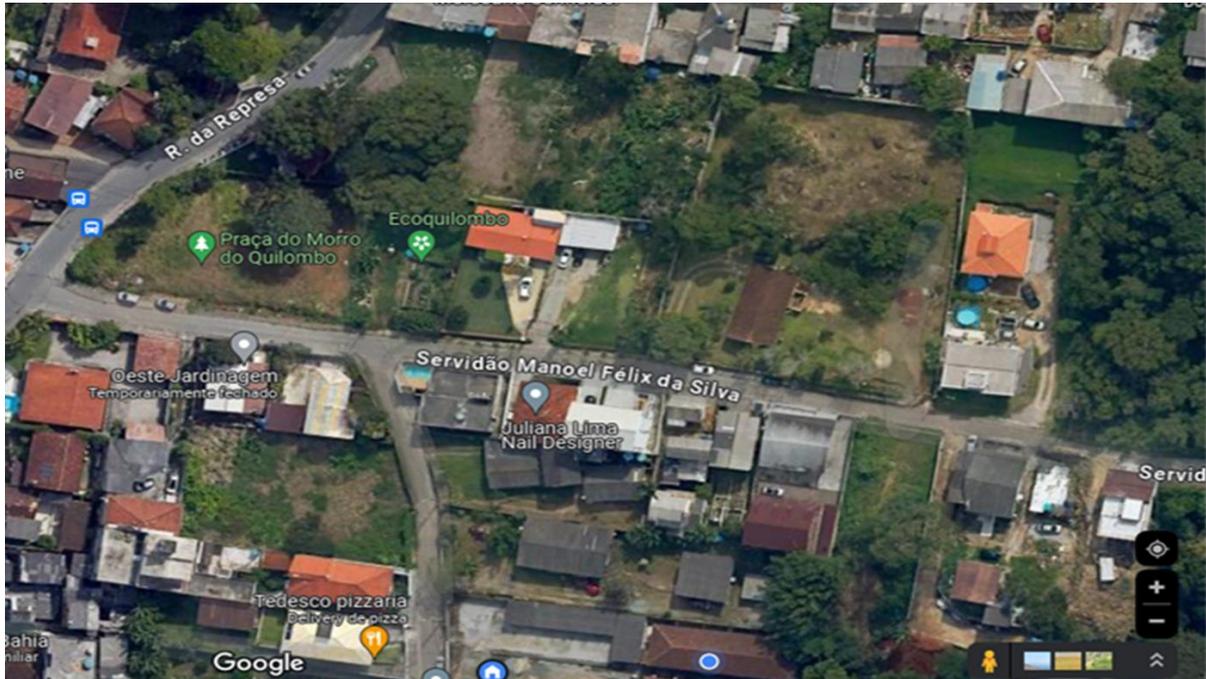
Na busca por dados demográficos não foram encontradas informações acerca do quantitativo populacional do Morro do Quilombo, porém, de acordo com o relato da presidenta da Associação do Bairro, são entre 3 e 4 mil moradores. Uma significativa parcela

---

<sup>4</sup> A Secretaria Municipal do Meio Ambiente criou uma página eletrônica, denominada residuômetro, possibilitando o acesso aos dados atualizados sobre o volume de cada uma das 03 frações (secos recicláveis, rejeitos e orgânicos), coletadas no município. Fonte: <<https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/residuos/index.php?cms=residuometro+em+tempo+real&menu=0>>

reside em áreas de maior vulnerabilidade social e econômica, com infraestrutura residencial e urbana limitadas. Esta explicou que uma das características do Morro é a parte mais baixa ser essencialmente habitada por pessoas nativas de Florianópolis, ao passo que as partes mais altas são habitadas por pessoas migrantes. Se caracteriza em uma região influenciada pelo tráfico de drogas, sendo que algumas áreas do Morro apresentam maior vulnerabilidade acerca dessa influência em relação à outras

Imagem 1: Imagem aérea da localização do EcoQuilombo.



Fonte: Google maps: <<https://www.google.com.br/maps/@-27.5817198,-48.4949865,167m/data=!3m1!1e3?entry=ttu>>. Acesso em: 24 nov. 2023

O EcoQuilombo está localizado em um terreno público, em uma região razoavelmente tranquila em termos de violência, e comporta também uma horta comunitária. O objetivo é compostar na própria comunidade os resíduos coletados, de forma que o composto possa ser distribuído entre os moradores, podendo futuramente também ser comercializado. O gerenciamento da obra e os recursos financeiros para a construção do pátio foram de responsabilidade da COMCAP, com verbas advindas do FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente.

No Morro do Quilombo, a instituição representativa para a gestão comunitária do pátio é a ABI – Associação do Bairro Itacorubi. A ABI conta com o apoio de um coletivo de moradores, denominado EcoQuilombo, que assumiu a responsabilidade pela gestão das tarefas de manutenção do pátio, de forma voluntária. Enquanto integrante do coletivo de moradores e conhecendo os anseios e os desafios advindos da proposta de gestão voluntária

do pátio, surgiu a motivação para a realização da presente pesquisa.

Apesar de compreender a relevância de iniciativas locais e do beneficiamento ambiental a partir do destino adequado dos resíduos, a preocupação reside na expectativa do trabalho voluntário, de uma atividade que se entende necessitar de subsídios do poder público, para a manutenção. Frente a isso e considerando a responsabilidade do poder público municipal e do setor de serviço público de limpeza urbana na implementação e viabilização das iniciativas de compostagem, a fim de atender ao que determina a legislação, pergunta-se: Como o poder público municipal de Florianópolis tem se mobilizado na implementação de pátios de compostagem, com vistas a atender ao proposto no PMGIRS de 2016 e na Lei municipal nº 10.051/2019?

O problema de pesquisa trouxe como objetivo geral compreender o processo de implementação dos pátios comunitários de compostagem de iniciativa do poder público municipal, do município de Florianópolis, com vistas a atingir as metas estabelecidas no PMGIRS (2016) e atender à Lei municipal nº 10.051/2019. Para alcançar esse objetivo traçou-se como objetivos específicos: 1) Analisar os documentos/editais lançados pelo poder público do município de Florianópolis-SC, a partir da aprovação do PMGIRS de 2016 e da Lei municipal nº 10.051/2019, que contemplem a implementação de novos pátios de compostagem ou prevejam subsídios para pátios de compostagem já existentes; 2) Identificar as responsabilidades e compromissos do poder público municipal e da comunidade, frente à proposta de implementação dos pátios comunitários de compostagem; 3) Relatar, por meio de observação participante e entrevista, acerca do processo de implementação do pátio de compostagem comunitário do EcoQuilombo, elencando benefícios, desafios e problemáticas.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Muito se tem debatido sobre as questões ambientais. Sua preservação versus destruição, utilização intensa dos recursos naturais, disputa de interesses, isenção de responsabilidades são alguns dos pontos polêmicos que envolvem a temática.

A visão antropocêntrica tem nos levado a um afastamento da natureza, onde predomina a ideia de termos o direito ao uso dos espaços, em detrimento de todas as outras formas de vida. Grün (1996) reflete sobre a ética do antropocentrismo, afirmando ser esta uma das principais causas da degradação ambiental. “No sistema de valores formado em consonância sobre essa ética, o Homem é o centro de todas as coisas. Tudo o mais no mundo vive unicamente em função dele. O Homem é o centro do mundo.” (p. 23).

Entende-se que o antropocentrismo, aliado à ideologia capitalista de consumo e acúmulo, se constituem nos propulsores do afastamento do ser humano da natureza, sob a falsa égide de que vivemos desvinculados, independentes dela. Enquanto isso é desenfreada a exploração dos recursos naturais, necessários para sustentar a sociedade de consumo e promover o acúmulo de bens e riquezas por parte das grandes corporações. Afirma Krenak (2019, p. 12) que “Precisamos ser críticos a essa ideia plasmada de humanidade homogênea na qual há muito tempo o consumo tomou o lugar daquilo que antes era cidadania.”

Faz-se necessário mencionar a perversidade do sistema econômico nesse processo, compartilhando o pensamento de Gonçalves (2006) que chama a atenção para o fato de que a exploração desmedida dos recursos naturais é realizada pela indústria, agropecuária, monoculturas, porém a responsabilização pela conservação e cuidado é repassada à população, por meio do discurso da necessidade de seguir medidas como destinar o lixo adequadamente e preservar espécies ameaçadas de extinção. Um convite para cada qual fazer a sua parte, numa evidente injustiça ambiental, considerando que os danos não são causados em igual proporção, por diferentes atores. Menciona o autor que, “com a questão ambiental, estamos diante de situações de claro sentido ético, filosófico e político.” (p. 15).

Diante dessa crise, surgem incertezas e questionamentos acerca de medidas possíveis na busca de alternativas às demandas ambientais, perante as quais sentimo-nos impotentes e ínfimos. Seria a educação ambiental o caminho, a escolha adequada rumo à mudança e a garantia de um futuro de qualidade, integrado à natureza? Muito romantiza-se sobre a ideia da educação ambiental vir para nos salvar da crise planetária, revertendo o jogo da depredação e degradação e garantir a sobrevivência humana na Terra. Porém, há ressalvas e críticas a considerar. Inicia-se refletindo sobre o contexto no qual surge e urge a proposição de uma educação ambiental, que é descrito por Grün (1996) como um contexto de crise. Perante a iminência de uma catástrofe ambiental, há cerca de quatro décadas a preocupação que antes afetava apenas os amantes da natureza, passou a ser absorvida por outros setores da sociedade. Entendendo como urgente a necessidade da busca por alternativas que viabilizassem mudar nossa forma de relacionamento com a natureza, a responsabilidade recaiu sobre as escolas, por meio da implementação de uma educação ambiental. Educação esta que leva o autor a questionar acerca da relação homem/natureza, por entender que não vivemos fora de um ambiente, sendo contraditória a expressão “educação ambiental”.

Porém, a estranheza deu lugar à compreensão ao perceber que no atual contexto social “A educação ambiental surge hoje como uma necessidade quase inquestionável pelo simples

fato de que não existe ambiente na educação moderna. Tudo se passa como se fôssemos educados e educássemos fora de um ambiente.” (GRÜN, 1996 p. 21).

Diante de tais considerações, pergunta-se o que se entende por educação ambiental e ao que ela se propõe? Carvalho (2008) defende que

Do ponto de vista de sua dimensão político-pedagógica, a EA poderia ser definida, lato sensu, como uma educação crítica voltada para a cidadania. Uma cidadania expandida, que inclui como objetos de direitos a integridade dos bens naturais não renováveis, o caráter público e a igualdade na gestão daqueles bens naturais dos quais depende a existência humana. (p. 163)

Essa criticidade, idealizada pela autora na definição do conceito de EA, pode ser vista como a ferramenta necessária para a compreensão dos indivíduos acerca do papel dos diferentes atores sociais, na relação com a natureza, recursos naturais e demais seres vivos. Não só a partir do lugar que ocupamos, como também do reflexo das ações e responsabilidades assumidas, considerando que todos interagimos com o meio, denotando nossas escolhas um potencial construtivo ou destrutivo.

Tiriba e Profice (2014) corroboram com a percepção sobre a EA da autora, afirmando que “as instituições de ensino têm um papel crucial para a formação de pessoas críticas, no que se refere às interações humanas com os demais seres do planeta.” (p. 60). E, em seu entendimento, os espaços de ensino além de adotarem um posicionamento crítico acerca da EA, devem subverter seus métodos e estruturas ao viés da sustentabilidade, aproximando os educandos das questões locais, bem como discutindo as questões globais que envolvem o ambiente e toda sua problemática.

As orientações das DCNEA - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (2012) vêm ao encontro do posicionamento das autoras, afirmando que

A Educação Ambiental deve adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino. (BRASIL, 2012, art. 6º).

As DCNEA (2012) orientam para que a EA não se caracterize em uma disciplina específica, cerceada dos demais conteúdos, mas sim os permeando, sendo trabalhada em todos os seus aspectos e dimensões e em todos os níveis e modalidades de ensino. Orientação que endossa a necessidade de se romper com o tradicionalismo escolar, sendo fundamental um trabalho transdisciplinar e articulado.

A EA possui dimensão ampla, sendo necessário ultrapassar o viés naturalista e

conservacionista, englobando o viés social e econômico, que deve ser discutido de forma crítica e integrada. As DCNEA (BRASIL 2012, art. 14º, I) apresentam esse como um dos objetivos, defendendo uma

I - abordagem curricular que enfatize a natureza como fonte de vida e relacione a dimensão ambiental à justiça social, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo, à pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e à superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social;

Assim, entende-se que não há como adotar um posicionamento crítico na EA quando se trabalha de forma desvinculada da realidade vivenciada pelos educandos. Seu conhecimento, suas experiências devem ser valorizadas e as pesquisas e descobertas incentivadas, tornando as discussões significativas e reais.

Entretanto, há de se pensar em fatores que contribuem para o desinteresse pelas discussões ambientais, se caracterizando o afastamento dos ambientes naturais em um deles. Realidade cada vez mais evidente considerando o crescimento populacional das áreas urbanas e redução do contingente populacional das áreas rurais (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2023).<sup>5</sup> Esse afastamento contribui para a construção de gerações pouco comprometidas com a questão ambiental. Uma vez afastadas dos meios naturais, as experiências se limitam aos espaços artificiais, não elaborando o sentimento de pertencimento, logo, não despertando a necessidade do cuidado e da proteção (TIRIBA e PROFICE, 2014).

Ainda conforme as autoras, Louv (2006 apud TIRIBA e PROFICE, 2014) cunhou o termo desordem do déficit de natureza, causado pelo afastamento das crianças com os ambientes naturais. A desordem é reflexo da pouca interatividade com ambientes naturais, caracterizando uma “ampla sorte de desordens emocionais e cognitivas com prejuízos emocionais e sociais.” (TIRIBA e PROFICE, 2014, p. 64).

De fato, é compreensível a falta de sensibilidade para causas ambientais, de gerações segregadas do contato e das experiências com os espaços naturais. A ideia de os ambientes externos oferecerem maior risco à saúde e segurança, associado ao estilo de vida moderno, nos afastam cada vez mais desses espaços. Soma-se a isso a imensa oferta de atrativos artificiais, como uma infinita variedade de brinquedos prontos e pouco lúdicos e o acesso cada vez mais precoce e mais consistente às tecnologias. Com isso suscita-se o questionamento: de que modo é possível discutir a questão ambiental, quando um dos primeiros desafios é a busca pelo contato com ambientes naturais?

---

<sup>5</sup> “Em 2022, as concentrações urbanas abrigavam 124,1 milhões de pessoas, 61%.” (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2023).

Uma alternativa pode estar na educação em espaços de ensino não formais. Sem eximir a responsabilidade das escolas por seu trabalho com a EA, mas considerando esses espaços como aliados desse movimento ao envolver a sociedade como um todo, sendo assim, o espaço do EcoQuilombo caracterizado como um espaço de ensino não formal. Conceito sobre o qual falaremos mais adiante.

### **3 PERCURSO METODOLÓGICO**

A presente pesquisa teve como objetivo compreender como o poder público municipal tem se mobilizado para atender as proposições do PMGIRS de 2016 e da Lei municipal nº 10.051/2019, frente ao processo de compostagem dos resíduos orgânicos, identificando-se este como um estudo exploratório. De acordo com Gil (2017, p. 26), “as pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.” Definição que pode ser complementada por Moreira e Caleffe (2008) que compreendem como objetivo das pesquisas exploratórias “proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fenômeno.” (p. 69). Ainda de acordo com os autores, esse tipo de pesquisa é mais comumente associado aos levantamentos bibliográficos e documentais, bem como entrevistas não estruturadas e estudos de caso.

Dentre os objetivos específicos traçados para responder à questão problema está a análise documental de editais ou documentos similares, necessária para conhecer as diferentes propostas lançadas no município, para o fortalecimento da compostagem. A análise dos dados se fez necessária para elencar as responsabilidades, benefícios e contrapartidas das partes envolvidas no processo. Para melhor compreensão desses fatores, optou-se por realizar uma observação participante no pátio de compostagem do EcoQuilombo para acompanhar o processo de implementação e operacionalização.

Segundo Marconi e Lakatos (2010), a observação participante pode ocorrer de duas formas: a natural, quando o observador pertence ao mesmo grupo que investiga, ou a artificial, quando o observador se insere no grupo a fim de realizar a observação. Na presente pesquisa a observação ocorreu de forma natural, uma vez que a pesquisadora participa das atividades realizadas pelo coletivo do EcoQuilombo. May (2001, p. 177), descreve a observação participante como “O processo no qual um investigador estabelece um relacionamento multilateral e de prazo relativamente longo com uma associação humana na sua situação natural com o propósito de desenvolver um entendimento científico daquele

grupo.”

Para complementar as informações obtidas por meio da observação participante foi realizada uma entrevista com a presidenta da ABI, que também é atuante no coletivo do EcoQuilombo. A entrevista se fez importante para compreender a perspectiva comunitária acerca do processo de inscrição e contemplação desse espaço como pátio de compostagem e o roteiro utilizado encontra-se como apêndice neste trabalho. O registro da entrevista ocorreu via gravação em áudio, mediante assinatura do TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que viabilizou a autorização de uso de voz, estando em consonância com a LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados.

O passo seguinte à coleta dos dados foi a análise e codificação, processo que intenta elucidar os questionamentos que levaram à pergunta problema. Quando se trata de uma coleta de dados não numéricos, a análise dos dados é classificada como qualitativa. Gonsalves (2011) afirma que a pesquisa qualitativa se caracteriza por sua preocupação “com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica.” (p. 70).

A análise de dados está relacionada à interpretação, conceito que é definido por Barros e Lehfeld (2010, p. 87) como “a capacidade de se voltar à síntese sobre os dados, entendendo-os em relação a um todo maior, e em relação a outros estudos já realizados na mesma área.” Nessa perspectiva, buscou-se no presente trabalho categorizar os dados, classificando-os em três critérios: benefícios, desafios e problemáticas despontadas na construção de pátios comunitários de compostagem, a partir da experiência do EcoQuilombo. Os dados compatíveis com cada categoria foram classificados a partir do cruzamento das informações obtidas por meio da pesquisa documental, da observação participante e da entrevista.

#### **4 ANÁLISE DOCUMENTAL - PROPOSTAS LANÇADAS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL PARA AMPLIAR A COMPOSTAGEM NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS**

A destinação adequada dos resíduos sólidos é de responsabilidade comum à sociedade civil, empresas e poder público, conforme orienta a PNRS (2010). Sendo os resíduos orgânicos um dos componentes do que popularmente denominamos de lixo, diferentes iniciativas de compostagem têm surgido no decorrer dos anos, seja no âmbito doméstico,

comunitário, público ou comercial. O que significa que a compostagem pode ocorrer em diferentes escalas, compostando desde pequenos volumes, como ocorre na compostagem doméstica, ou atingir grandes proporções, como no caso da compostagem comercial ou em instituições públicas, especialmente municipais.

Por resíduos orgânicos domiciliares entende-se:

Resíduos sólidos de origem vegetal ou animal, como sobras de comida, cascas de frutas e verduras, borra de café/chimarrão, guardanapos engordurados, aparas de grama, folhas de varrição, podas de árvores, palha e serragem de madeira não tratada. Também pode ser denominado de resíduos sólidos orgânicos compostáveis.” (SANTA CATARINA, 2017, p. 9).

No município de Florianópolis a destinação e o tratamento ambientalmente adequados dos resíduos sólidos orgânicos, tem se apresentado como uma preocupação para o poder público municipal, conforme é possível observar no PMGIRS de 2016. O Plano apresenta como uma de suas metas um aumento gradual da porcentagem de resíduos orgânicos desviados do aterro sanitário, objetivando até 2026 compostar 90% do total desses resíduos por meio de coleta porta a porta e 10% compostados diretamente na fonte (FLORIANÓPOLIS, 2016). Corroborando com essa meta, foi aprovada em 2019 a Lei Municipal nº 10.501, que objetiva a reciclagem de 100% dos resíduos sólidos orgânicos até o ano de 2030.

Para que seja possível atender a essas metas, a PMF por meio da SMMA e da COMCAP vem implementando diferentes iniciativas de compostagem no município. Em 2018 a COMCAP inscreveu o projeto “Ampliação e Fortalecimento da Valorização de Resíduos Orgânicos no município de Florianópolis”, no edital do Fundo Nacional de Meio Ambiente, sendo uma das propostas contempladas. Diante disso, foi assinado o ACF - Acordo de Cooperação Financeira nº 183/2018, recebendo o município o valor de R\$987.000,00, advindo do FSC - Fundo Social Caixa.

Conforme previsto no Plano de Trabalho elaborado pela COMCAP o objetivo do projeto é a ampliação da coleta seletiva e compostagem no município. Para tanto, o montante recebido foi destinado para a aquisição de veículos utilitários necessários na coleta dos resíduos orgânicos; bombonas específicas e ferramentas que viabilizem a coleta seletiva dos resíduos orgânicos segregados na fonte; ampliação e melhoria dos pátios de compostagem operados pelo poder público municipal; implantação de 03 novos pátios a serem geridos pelo poder público municipal; fortalecimento de 02 pátios comunitários em operação no município; implementação de 05 novos pátios comunitários de compostagem; ferramentas necessárias na operacionalização dos pátios de compostagem e a ampliação do projeto

“Minhoca na Cabeça”, por meio da aquisição de 500 novos kits.<sup>6</sup> (FLORIANÓPOLIS, 2018).

Considerando que uma das ações previstas no Plano de Trabalho é a construção de 05 novos pátios comunitários de compostagem no município, foi lançado em 2020 um chamamento público para a inscrição dos grupos interessados, sendo vedada a participação de iniciativas com fins lucrativos. Os benefícios previstos aos grupos selecionados foram a contemplação com a infraestrutura e insumos necessários para a operação do pátio. Dentre os inscritos, 02 iniciativas foram contempladas, sendo uma delas o EcoQuilombo (informação verbal).<sup>7</sup>

Em setembro de 2021 foi assinado o termo de convênio entre a ABI, COMCAP e SMMA, ficando definida a COMCAP como responsável pela execução física e financeira do ACF, para a implementação do pátio de compostagem e dos PEVs - pontos de entrega voluntária de resíduos sólidos, na comunidade do Morro do Quilombo. A previsão inicial para a conclusão da obra foi novembro de 2022, sendo o prazo posteriormente prorrogado para março de 2023, conforme informação levantada no decorrer das observações.

Uma das características dos pátios comunitários de compostagem é o gerenciamento e a manutenção realizada por voluntários, geralmente moradores do local. Fato observado no EcoQuilombo onde a participação do poder público está limitada à construção da estrutura de apoio; construção das leiras para a compostagem; implementação dos PEVs; coleta e reposição das bombonas de coleta nos PEVs; assessoramento técnico pelo período de 01 ano para análise do composto gerado. Já o trabalho de alimentação, manutenção e monitoramento das leiras fica a encargo do grupo de voluntários, que recebe como contrapartida a possibilidade de realizar a venda do composto, como meio de retorno financeiro para a manutenção do pátio de compostagem e horta comunitária. (AUTARQUIA COMCAP, 2021).

Para a operacionalização do pátio e seguindo a previsão do chamamento público (2020), o EcoQuilombo recebeu todos os equipamentos necessários como enxadas, pás, garfos, roçadeira, carrinhos de mão, termômetro, balança, lava jato, etc. Porém, nenhum incentivo financeiro, por parte do poder público, para a operacionalização do pátio está

---

<sup>6</sup> O projeto “Minhoca na Cabeça” foi lançado pela PMF em 2017, tendo como objetivo contemplar moradores do município com um kit de vermicompostagem, a fim de fortalecer a compostagem doméstica. Cada beneficiário do projeto necessita realizar a inscrição e participar das oficinas de sensibilização, capacitação e construção dos minhocários e composteiras domésticas. Além de periodicamente preencher uma planilha com os dados do volume compostado. (FLORIANÓPOLIS, 2018).

<sup>7</sup> As informações foram compartilhadas pelas técnicas da COMCAP, responsáveis pela execução do projeto de “Ampliação e Fortalecimento da Valorização de Resíduos Orgânicos no Município de Florianópolis”, em reunião com o coletivo EcoQuilombo, no dia 16 de junho de 2021. (Informação coletada durante a observação participante).

previsto, sendo de responsabilidade da ABI/EcoQuilombo arcar com imprevistos financeiros como a manutenção de equipamentos. Inclusive, conforme consta no termo de convênio (2021), o pagamento das contas de água e energia elétrica ficam a encargo da ABI. Entretanto, conforme foi explicado pela presidente da ABI na entrevista, em se tratando de um terreno público, a partir da instalação de pontos de água e energia elétrica pelas empresas responsáveis, a obrigatoriedade do pagamento das contas é do poder público, ficando assim, a ABI/ EcoQuilombo isentos dessa responsabilidade.

Uma das sugestões nesse aspecto é a remuneração para o EcoQuilombo por cada tonelada compostada, considerando que é um montante que está sendo desviado do aterro sanitário, reduzindo os custos do poder público municipal com o transporte e o armazenamento desses resíduos.

O pagamento por tonelada compostada foi viabilizado aos pátios de compostagem contemplados nas chamadas públicas nº 591/SMA/DSLCL/2021 e nº 302/SMLCP/SULIC/2023, com o objetivo de credenciar pessoas jurídicas especializadas para prestar serviço de tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos recicláveis orgânicos – fração resto de alimentos, no município de Florianópolis.

São considerados aptos a realizar a inscrição nos referidos chamamentos, iniciativas com CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas. Ou seja, podem se inscrever iniciativas já existentes, com pátios já estruturados, não havendo a previsão de apoio com recursos materiais, somente financeiros.

Além da remuneração por tonelada compostada, no valor de R\$ 156,81 previsto no chamamento de 2021 e R\$ 228,42 no chamamento de 2023, os projetos contemplados são beneficiados com o pagamento do serviço de responsável técnico para o acompanhamento, operação, licenciamento e a elaboração de relatórios do pátio contemplado. O valor da remuneração varia de acordo com o volume mensal compostado no pátio, ficando entre R\$ 1.186,20 e R\$ 3.558,20 no chamamento do ano de 2022 e entre R\$ 1.352,64 e R\$ 4.057,92 no chamamento do ano de 2023 (FLORIANÓPOLIS, 2021; 2023).

O serviço de responsável técnico acima mencionado é fundamental para o processo de compostagem, pois, apesar de a compostagem trazer muitos benefícios ambientais quando realizada de forma adequada, alguns cuidados são necessários para que ela não se transforme em um problema ambiental ou em um transtorno local. Fato que exige regulamentação e fiscalização, inibindo a execução de projetos irregulares. Em nosso estado, a regulamentação, baseada na legislação nacional, está sob orientação do IMA - Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, que lançou em 2017 um boletim técnico intitulado “Critérios técnicos para

elaboração de projeto, operação e monitoramento de pátios de compostagem de pequeno porte”. O objetivo estabelecido no Boletim Técnico é

fomentar modelos descentralizados de gestão de resíduos sólidos orgânicos e a consequente adequação de comunidades e municípios à Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS), com a valorização da fração orgânica dos resíduos, a educação ambiental, melhorias na limpeza pública e promoção de geração de renda local, além do estímulo ao consumo de alimentos saudáveis através da Agricultura Urbana de base agroecológica. (SANTA CATARINA, 2017, p. 07).

O referido Boletim tem suas informações essencialmente voltadas para a construção e operação de pátios de compostagem de pequeno porte, considerando que 73% dos municípios catarinenses possuem menos de 20 mil habitantes o que justifica a existência de um maior percentual de pátios de pequeno porte, sendo necessária maior atenção a esse segmento. Compreendem essa classificação os pátios com capacidade de compostar até 30 toneladas por dia (30 t/d).

O pátio comunitário do EcoQuilombo caracteriza-se como um pátio de pequeno porte, com previsão de compostar até 3,5 toneladas por mês (t/m), ou seja, menos de 0,5 t/d. Informação importante para compreender questões relacionadas como documentação, fiscalização, projeção da área necessária para o volume a ser compostado, construção do projeto e observações ambientais necessárias. Dentre as informações relevantes estão a documentação, sendo nesse caso o cadastramento ambiental da atividade facultativo e a realização de estudo ambiental dispensada. Diferente dos pátios com capacidade de compostagem superior à 0,5 t/d, que necessitam apresentar o RAP - Relatório Ambiental Prévio. Já os pátios com capacidade igual ou superior à 50 t/d precisam apresentar o EAS - Estudo Ambiental Simplificado.

Do mesmo modo, aos pátios de compostagem com capacidade inferior a 0,5 t/d é dispensada a necessidade de acompanhamento de técnico responsável, sendo suficiente o acompanhamento e monitoramento por qualquer pessoa que tenha recebido capacitação técnica. Diferente dos pátios com capacidade acima de 0,5 t/d onde é obrigatório o acompanhamento de responsável técnico, o que justifica o pagamento desse profissional, previsto nos chamamentos públicos de 2022 e 2023 (SANTA CATARINA, 2017).

Conforme consta no termo de convênio firmado entre a COMCAP, a SMMA e a ABI/2021, a elaboração do projeto para o pátio ficou sob responsabilidade da COMCAP e seguiu as observações da IN - Instrução Normativa nº 75/2020 do IMA, que define os critérios para a “operação e monitoramento de unidades de compostagem de resíduos sólidos

urbanos, segregados na fonte, incluindo tratamento de efluentes líquidos” (SANTA CATARINA, 2020, p. 01).

Igualmente é possível observar que a obra atende aos critérios da IN nº 75. A estrutura das leiras inclui sistema de captação do líquido lixiviado<sup>8</sup> e adequado sistema de coleta e tratamento de efluentes, área cercada para evitar acesso de animais e pessoas não autorizadas, além de barreira verde. A barreira verde tem como objetivo mitigar os impactos de vizinhança em 03 aspectos: odores, ruídos e visual. Para tanto, “É interessante a consorciação com árvores frutíferas, medicinais e de jardinagem, para aproveitar o espaço na produção de alimentos, conhecimento das plantas para saúde e no paisagismo.” (SANTA CATARINA, 2017, p. 26). Nesse quesito, o coletivo EcoQuilombo tem se empenhado para otimizar o uso do espaço, por meio da estruturação de horta comunitária, além do plantio de plantas medicinais, árvores frutíferas e ornamentais.

A partir da análise documental foi possível observar que o chamamento público do ano 2023 repete a proposta do chamamento do ano de 2022, havendo poucas diferenças entre eles, tais como o aumento da remuneração por tonelada compostada e do profissional técnico. A frequência da pesagem dos resíduos realizada pelo fiscal, necessária para o cálculo da média de resíduos compostados no pátio para o pagamento por tonelada compostada, passou de 01 vez por mês para 02 vezes por semana. Alteração que pode ser considerada como importante, tendo em vista que possibilita maior precisão no cálculo da média mensal e consequentemente, um pagamento mais justo referente à quantidade compostada pelo pátio. Outra alteração percebida no que concerne aos recursos é a disponibilização de balança no primeiro chamamento e disponibilização de impressora no segundo chamamento.

O prazo para a inscrição na chamada pública também sofreu alteração significativa, não sendo estipulada uma data de término no chamamento do ano de 2023, ficando este disponível para inscrição aos interessados, possibilitando o acesso a qualquer tempo. O que pode ser visto de forma positiva ao permitir que iniciativas novas se inscrevam conforme forem surgindo, significando um incentivo para a constituição de novos pátios de compostagem no município, como empreendimento com fins econômicos.

Quanto às diferenças entre as chamadas públicas do ano de 2020 para os anos de 2022 e 2023, levam a compreensão de estarem atreladas à natureza e ao propósito do pátio de compostagem. Os objetivos dos empreendimentos comerciais diferem dos objetivos de iniciativas comunitárias, cujo intuito é de promover ações que beneficiam a população local e

---

<sup>8</sup> “Resultante da infiltração de águas pluviais no maciço de resíduos, da umidade dos resíduos e da água de constituição de resíduos orgânicos liberada durante sua decomposição.” (SANTA CATARINA, 2017, p. 33).

possibilitam uma gama de atividades como promover a EA, interação entre os moradores, sensibilização para o cuidado e preservação local e a responsabilidade compartilhada para os cuidados e preservação do meio. Pontos não observados em empreendimentos comerciais.

A remuneração pelo serviço prestado na compostagem pode ser entendida como o reconhecimento pelo poder público da importância dessas ações, que impactam positivamente na economia do município. Isso porque o valor anteriormente “enterrado” no aterro sanitário passa a ser investido em empreendimentos municipais, beneficiando a economia local. Por esse motivo, entende-se que seria justa a remuneração para todas as iniciativas de compostagem, inclusive as comunitárias, pela relevância do serviço prestado, além de incentivar sua continuidade.

## **5 DESVELANDO OS DADOS DA PESQUISA**

Após o levantamento dos dados a partir da observação participante, entrevista e análise documental, foi possível classificar os fatores observados em 03 categorias: benefícios, desafios e problemáticas, que serão apresentadas nesta sessão.

Com a proposta de pesquisa, tentou-se observar o processo de compostagem a partir do funcionamento do pátio comunitário do EcoQuilombo. Entretanto, essa observação não foi possível, pois o pátio ainda não entrou em operação. Apesar da estrutura estar concluída desde o mês de maio de 2023, até o mês de novembro de 2023 a inauguração ainda não ocorreu. Conforme mencionado pela presidente da ABI na entrevista, o motivo alegado pela COMCAP para essa morosidade é uma alteração nos processos documentais da PMF, não havendo ainda uma previsão para a inauguração. Diante desse imprevisto, as observações ocorreram acompanhando as atividades do coletivo EcoQuilombo na horta comunitária e demais ações realizadas pelo grupo.

### **5.1 BENEFÍCIOS**

Conforme informações levantadas no decorrer da observação participante, ao se candidatar na chamada pública do ano de 2020 o EcoQuilombo já trabalhava com compostagem e horta comunitária em um terreno público anteriormente utilizado para descarte de entulhos. A transformação do espaço foi benéfica em vários aspectos como: alteração estética do local por meio da remoção dos entulhos e implementação da horta comunitária; de saúde pública, considerando que o acúmulo de entulho favorece a

proliferação de vetores de doenças como ratos e mosquitos; otimização do espaço, possibilitando a produção de alimentos aos participantes.

A iniciativa partiu de uma estudante, moradora local, que para o projeto de TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, elaborou uma proposta de construção de pátio de compostagem e horta comunitária. Inspirada no projeto PRB - Revolução dos Baldinhos<sup>9</sup>, a mobilização dos moradores locais levou à composição do coletivo EcoQuilombo, no ano de 2019, que passou a ser atuante no projeto.

A observação possibilitou entender a trajetória da compostagem no espaço, que inicialmente contava com a contribuição de um pequeno número de moradores do entorno, que necessitavam levar os resíduos orgânicos até o EcoQuilombo, único ponto de coleta. Com a contemplação da chamada pública de 2020, foram implementadas 17 bombonas para a coleta de resíduos orgânicos no Morro do Quilombo. A implementação ocorreu no mês de outubro de 2021, por meio da sensibilização dos moradores, de porta em porta. A sensibilização foi realizada pelos voluntários do coletivo, em parceria com a COMCAP, sendo esta responsável por recolher as bombonas e destinar para a compostagem no pátio institucional. Foi notável o crescimento do volume coletado, sendo a média de coleta atual de 500 kg semanais (SOUZA, 2023). Volume que deve passar a ser compostado no pátio do EcoQuilombo, logo que for inaugurado.

A compostagem comunitária traz a perspectiva do manejo dos resíduos a partir de um ponto de vista social e coletivo e não mais individual. Cria-se com isso um senso de responsabilização sobre os resíduos gerados, com a preocupação da destinação final adequada (SOARES; ARISI, 2020). Essa percepção abre espaço para outra importante ferramenta, que é a utilização de pátios de compostagem e hortas comunitárias como instrumentos de EA em espaços de ensino não formais.

Entende-se que a educação permeia nossa vida em todos os espaços e o que a difere do ensino formal são as necessidades do aprendizado para o convívio e a sobrevivência daquele grupo e do espaço que ocupa. A educação em espaços não formais não segue a um padrão comum a todos, mas se apresenta de acordo com as necessidades do grupo ou dos indivíduos.

Segundo Brandão (2002, p. 03)

---

<sup>9</sup> O projeto Revolução dos Baldinhos surgiu em 2008, no bairro Monte Cristo em Florianópolis, com o intuito de solucionar uma epidemia de ratos no bairro, que ocasionou um surto de leptospirose. A proliferação dos ratos estava associada à grande oferta de alimentos no local, despejados diariamente junto com os rejeitos. Em reunião organizada pela equipe técnica do posto de saúde local, a alternativa encontrada foi a compostagem, que teve como protagonistas duas moradoras locais. Hoje o projeto é referência de compostagem não só no município, como em todo país. (SOARES; ARISI, 2020).

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação.

Esse movimento é observado no EcoQuilombo, que durante o período da observação participante recebeu a visita de diversos grupos, dentre eles estudantes universitários, jovens aprendizes e outras organizações locais. Alguns dos grupos auxiliaram com mutirões de revitalização da horta. E destaca-se o potencial do espaço em realizar oficinas sobre temas relacionados com a EA, tais como alimentação saudável, compostagem, destinação adequada dos resíduos, plantas comestíveis não convencionais, entre outras.

Explicar sobre o ciclo de geração e compostagem dos resíduos até sua utilização no plantio da horta permite discutir sobre os ciclos naturais, o destino dos resíduos, as transformações advindas da vida moderna, bem como refletir sobre nossa relação com o meio. Esse fato foi ressaltado pela presidente da ABI na entrevista, que entende o EcoQuilombo ter a função de incentivar os moradores a fazerem a compostagem, que pode ser comunitária ou mesmo doméstica, a depender das particularidades de cada morador e residência.

Acompanhando algumas das visitas, foi interessante observar o encantamento dos visitantes, que por diferentes motivos desconheciam iniciativas dessa natureza. Fato que pode ser explorado nesses espaços, proporcionando um aprendizado e experiência inovadores, inclusive para o público jovem urbano, que vem tendo cada vez menos contato com ambientes naturais.

Compostar os resíduos no próprio local da geração têm se mostrado uma estratégia eficaz de redução dos impactos ambientais e econômicos. Além de promover a destinação adequada dos resíduos e produção de composto para utilização em hortas comunitárias e na jardinagem local, reduz-se a distância para o transporte, favorecendo a economia do poder público. E ainda, a logística do manejo no local da geração instiga o despertar da consciência ambiental e proporciona um “bem-estar social aos geradores e a toda comunidade que os cerca.” (SOARES; ARISI, 2020, p. 1).

O trabalho coletivo é fundamental para o sucesso de ações como a compostagem, havendo atualmente a colaboração de parcela significativa dos moradores do Morro do Quilombo na separação dos resíduos. Na observação percebeu-se que a separação vem sendo realizada de forma adequada, com baixo índice de mistura de materiais não compostáveis.

Durante o período de observações foi possível perceber que a comunidade enfrenta alguns desafios com os resíduos de forma geral, especialmente com o despejo em espaços

inadequados, mau cheiro e lixeiras reviradas ou sacolas rasgadas por animais em busca de comida. Participando das atividades do coletivo, foi possível observar que quando surgem discussões na comunidade acerca de dificuldades relacionadas com os diferentes tipos de resíduos, seja em reuniões de bairro ou nas mídias sociais, o coletivo busca se manifestar junto aos moradores, incentivando a separação dos resíduos orgânicos. O despejo desses resíduos nas bombonas de coleta, que são bem fechadas, evita tanto o mau cheiro quanto o acesso de animais em busca de alimentos, fato mencionado na entrevista, afirmando a entrevistada ser visível uma melhora na comunidade, nesses quesitos.

O engajamento dos moradores beneficia todo o local nos aspectos mencionados. Durante o período de observação, o coletivo organizou um mutirão de limpeza de um trecho de mata utilizado como passagem pelos moradores, no qual havia significativo volume de resíduos descartados de forma inadequada. Ações dessa natureza são organizadas de uma a duas vezes ao ano e objetivam tanto a limpeza dos espaços, quanto a sensibilização dos moradores sobre a importância do descarte adequado dos resíduos. Além de contribuir ambiental e esteticamente, essas ações têm impacto positivo na saúde pública ao inibir a proliferação de animais vetores de doenças, como ratos e mosquitos.

## 5.2 DESAFIOS

Projetos como do EcoQuilombo tem características de proposta de inovação social, conceituada por Batista (2011 apud ABREU, 2013, p. 31) como

(...) um processo de aprendizagem que pretende levar os participantes a superar seu entorno crítico e a resolver seus problemas e anseios a partir de uma base comunitária, com a valorização de cada indivíduo em perspectiva de sua autonomização, que deve ser o resultado da ação solidária coletiva.

Compreendida sua relevância social e local, a participação e o engajamento comunitário tornam-se cruciais para o desenvolvimento de ações bem sucedidas. Se a participação dos moradores na separação dos resíduos tem se mostrado considerável, observou-se que o mesmo não ocorre nas atividades organizadas pelo coletivo, seja de manutenção do espaço, seja nas atividades propostas para a limpeza e remoção de entulhos em espaços de uso coletivo, na comunidade.

Atualmente o grupo de trabalho é composto por seis pessoas que participam de forma mais efetiva e cerca de três que participam de forma esporádica. Alguns dos participantes possuem limitações físicas por motivo de saúde, não podendo contribuir nas atividades que

exigem maior esforço físico. As demandas particulares dos integrantes do coletivo limitam as possibilidades de participação e dedicação ao projeto, dificultando a captação de um número maior de participantes. Atualmente as demandas de trabalho são de menor proporção, mas devem aumentar significativamente com o início da compostagem no local. Após a coleta a ser realizada pela COMCAP, ficará sob responsabilidade do coletivo a pesagem dos resíduos, seu despejo na leira e os cuidados que ela necessita, bem como a lavagem das bombonas, residindo nisso a principal preocupação, conforme relatado na entrevista. Como suprir as necessidades de manutenção, tendo uma mão de obra escassa? Sem a previsão de contrapartida financeira, todo o trabalho realizado pela comunidade é voluntário.

Uma das alternativas possíveis para a ampliação é a constante sensibilização dos moradores, que atualmente ocorre pelas redes sociais da comunidade e possuem um alcance limitado. Insistir na sensibilização é importante tanto para aumentar o volume coletado quanto para auxiliar com as tarefas da horta. Como inspiração pode-se citar o exemplo do PRB. O êxito do projeto contou com o engajamento e a persistência das agentes comunitárias em conversar com os moradores para aderirem ao projeto, especialmente na separação dos resíduos, utilizando a EA como um dos instrumentos de sensibilização. A persistência apresentou resultados positivos, que além de aumentar significativamente o volume de resíduos coletados, trouxe visibilidade ao projeto e o reconhecimento, com diversas aparições na mídia e sendo tema de diversas reportagens, em escala municipal e nacional. Esse reconhecimento abriu portas para diferentes apoios, por instituições públicas e privadas, possibilitando a remuneração dos trabalhadores envolvidos e a aquisição das ferramentas necessárias para a manutenção e ampliação do pátio de compostagem (ABREU, 2013).

Entende-se que esse é o caminho para o EcoQuilombo, que com o apoio da ABI pode buscar um aporte financeiro por meio de parcerias via editais ou projetos institucionais. Sensibilizar os moradores para ampliar a coleta pode refletir em maior visibilidade acerca da relevância do projeto, tanto pelo número de moradores impactados quanto pelo volume desviado do aterro sanitário. Uma maior visibilidade tende a atrair maior apoio, fortalecendo a ação na comunidade. Outra possibilidade é ampliar a articulação com outros grupos atuantes na comunidade, estabelecendo parcerias e fortalecendo as ações do coletivo. Na perspectiva da presidenta da ABI, ações de sensibilização serão mais efetivas a partir do funcionamento do pátio de compostagem, que viabilizará a distribuição de composto aos moradores, sendo esse um meio de atrair mais participantes.

Destaca-se que um dos desafios observados ao longo da pesquisa é o acesso do carro de coleta, que possui alcance limitado nas ruas da comunidade. A baixa tração impede o

veículo de acessar as ruas mais íngremes, conforme explicado pelas técnicas da COMCAP, exigindo que os moradores desses locais se desloquem até as ruas gerais, para depositar os resíduos. Isso reflete em menor adesão desses moradores na separação dos resíduos.

Entende-se que essa é uma demanda a ser discutida pelo poder público, no intuito de buscar alternativas para esse déficit, a fim de que se torne possível atingir as metas estabelecidas do PMGIRS (2016) e na Lei municipal nº 10.051/2019.

### 5.3 PROBLEMÁTICAS

Acompanhando as atividades do coletivo e na conversa com a presidente da ABI, foram identificadas algumas questões problemáticas que trazem consequências negativas ao andamento do projeto. Dentre elas: furto de bombonas; depredação do espaço e problemas estruturais na obra.

Conforme relatado pelo coletivo nos momentos de observação, logo no início da implementação dos PEVs ocorreu o furto de uma bombona de coleta. Ao longo dos dois anos de implementação dos PEVs outros furtos ocorreram, totalizando cerca de dez bombonas furtadas. A orientação repassada pelas técnicas da COMCAP é para que seja feito o Boletim de Ocorrência, para registro. Outras duas bombonas sofreram avarias, ficando inutilizadas para a coleta seletiva. Diante dos furtos, algumas medidas chegaram a ser discutidas com técnicos da COMCAP, como a identificação das bombonas com ilustrações chamativas ou alguma forma de prender as bombonas para dificultar a retirada. Até o momento nenhuma ação se concretizou nesse aspecto, sendo este um problema identificado também em outros bairros da cidade, conforme apontado pelas técnicas da COMCAP.

Enquanto patrimônio público é dever de todos os cidadãos zelar pelo espaço e bens, pois os danos causados afetam toda a sociedade, por vezes prejudicando significativamente ou até inviabilizando algum projeto ou serviço. No EcoQuilombo foram observados danos na cerca; queda de mourão; queda da estrutura que comporta o hidrômetro; danos no cano de água, gerando vazamento. Conforme informações levantadas no período de observação, são duas as hipóteses elencadas pelo coletivo: os danos foram causados por moradores que queriam colher verduras; uso do espaço como ponto de observação de atividades ilícitas.

A primeira hipótese está relacionada às queixas apresentadas por moradores que não teriam acesso ao espaço, pelo fato do portão permanecer cadeado. Justifica-se que essa decisão está baseada nas orientações da IN nº 75/2020, que determina: “O empreendimento deverá adotar medidas de isolamento e sinalização da área, sendo proibido o acesso de

pessoas não autorizadas e animais.”(SANTA CATARINA, 2020, 5.9). Entende-se que o viés de uma horta comunitária é o uso comum dos moradores, devendo beneficiar a toda a comunidade e não somente a um pequeno grupo. Entretanto, duas questões foram primordiais para essa decisão, conforme exposto na entrevista: em se tratando de uma atividade que requer cuidados e manutenção constantes, entende-se esta como uma medida necessária para o zelo do espaço e equipamentos ali armazenados, sendo o acesso permitido a todos que queiram se engajar nas atividades; devido à problemas vivenciados anteriormente ao cercamento, com danos na horta e colheitas frequentes por pessoas não vinculadas ao projeto. Como alternativa ao acesso, o coletivo busca realizar a divulgação das atividades nas mídias sociais e convidar os moradores à participação, em todas as oportunidades. Também está em discussão a proposta de construir um cronograma de atividades, com a divulgação antecipada dos dias e horários para a horta aberta, convidando toda a comunidade a participar.

A depredação ao patrimônio público é classificada como crime e está prevista no Decreto-Lei nº 2.848 (BRASIL, 1940, Art. 163; § III), considerado como dano qualificado quando praticado: “contra o patrimônio da União, de Estado, do Distrito Federal, de Município ou de autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos.” Sem a identificação das causas dos danos, é importante o coletivo persistir na sensibilização dos moradores, conscientizando sobre a importância da preservação do espaço, cujo intuito das atividades é beneficiar toda população local. Uma possibilidade, em se tratando de um terreno público, é discutir junto ao poder público, alternativas de segurança.

Outro problema observado ao longo do acompanhamento das atividades é a qualidade dos materiais utilizados na obra e a qualidade do serviço prestado pela empreiteira contratada, sendo alguns reparos necessários, mesmo antes do início das atividades de compostagem. As solicitações foram feitas junto à COMCAP, sendo alguns reparos realizados pela empreiteira e outros pelo próprio coletivo, movido pela insatisfação. A baixa qualidade dos serviços e do material utilizado traz a preocupação sobre o tempo de vida útil dos mesmos, fato que pode prejudicar o andamento do projeto, especialmente após vencer o prazo de assessoramento da COMCAP e ainda sem uma previsão do coletivo conseguir verbas para o espaço. Inclusive, ainda está pendente a assinatura de termo aditivo ao convênio, tendo expirado o prazo de vigência do contrato, previsto para o período de 12 meses, antes mesmo de o pátio entrar em funcionamento. Esta é uma demanda que está sendo vista pela ABI, conforme dados obtidos na entrevista.

Percebeu-se, tanto na entrevista quanto nas observações, que a falta de verbas causa

apreensão entre os voluntários, que se preocupam com possíveis gastos na manutenção do espaço, sem que este tenha alguma fonte de renda. Ao mesmo tempo em que se reafirma a necessidade de buscar parcerias e algum aporte financeiro para o êxito no funcionamento do pátio de compostagem.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar de compactuar com as ideias de Gonçalves (2006) quanto aos impactos negativos da globalização e da significativa interferência dos conglomerados sobre os recursos naturais, se constituindo nos principais agentes transformadores do meio, entende-se que todos somos seres habitantes deste espaço, com responsabilidades sobre as atitudes e escolhas individuais e coletivas. Contudo, não se intenta com esta afirmação desconsiderar as desigualdades e injustiças às quais somos expostos, especialmente as classes menos favorecidas economicamente, o que reflete em muitas limitações e restrições de escolhas. Porém, podemos cooperar de algum modo, participando de ações locais como seguir as orientações para a adequada separação dos resíduos, contribuir com a coleta seletiva, prezar pela limpeza urbana, preservação das águas e do solo, descartar os resíduos em locais apropriados. E ainda, reutilizar, reduzir e repensar o consumo, evitando acúmulos desnecessários. Compreende-se que há possíveis limitadores para a adesão a algumas das atitudes elencadas, todavia, é necessário superar a postura de isenção, não raramente assumida pela população, acreditando o poder público ser o único agente responsável pelas ações e proposições para solucionar problemas coletivos.

Destaca-se também que isentar a população da responsabilidade ambiental contradiz as orientações da PNRS (2010), que descreve como compartilhada a responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, “abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana” (BRASIL, 2010, Art. 30). E vai além, instituindo a adesão de todos os indivíduos na coleta seletiva como um dever, quando esta for disponibilizada no município de residência.

Nesse aspecto, frisa-se que a orientação engloba a coleta seletiva de resíduos sólidos orgânicos, destinados para a compostagem, objeto de estudo da presente pesquisa. Trata-se de uma política pública recente, que aos poucos vai sendo disseminada, considerando seu grande potencial para contribuir na redução dos impactos ambientais negativos gerados por esses resíduos, ao serem destinados para os aterros sanitários.

Tais ações podem mobilizar e sensibilizar para uma mudança de hábitos e adoção de

medidas que compactuam com a necessidade de revermos nosso papel enquanto atores sociais e habitantes da natureza. Refletir sobre o impacto de nossas ações é crucial para compreendermos responsabilidades enquanto cidadãos e o potencial de mudanças a partir de ações coletivas.

Frisa-se que a potencialidade da compostagem vai além da destinação adequada dos resíduos e sua reciclagem, possibilitando reduzir até 35% do volume de resíduos destinados ao aterro sanitário, pelo município de Florianópolis. Impactando assim, na economia do município, ao reduzir os custos de transporte e armazenamento dos resíduos. E ressalta-se o potencial do pátio de compostagem e da horta comunitária como instrumentos de educação ambiental em espaços de ensino informal. Ao viabilizar a coleta e incentivar os moradores a participar dessa iniciativa, discute-se o ciclo desses produtos, remetendo aos processos naturais de transformação, promovendo a reflexão sobre a cadeia de produção, consumo e descarte. Cumprindo essas iniciativas o papel de agentes de transformação.

Contudo, as observações no processo de implementação do pátio comunitário de compostagem do EcoQuilombo levaram a reflexão sobre a dicotomia que se apresenta em uma ação comunitária, que se traduz em uma das principais preocupações do coletivo. Como garantir uma vida longa ao projeto sem incentivos financeiros? Trabalhos voluntários tendem a ser mais instáveis, pois geralmente são assumidos de acordo com as possibilidades de conciliar agendas particulares e profissionais, tendendo a não se caracterizar como uma prioridade na vida de quem o executa.

Apesar de concordar com uma responsabilização compartilhada entre as diferentes esferas e diferentes atores sociais acerca da destinação dos resíduos gerados, conforme orienta a PNRS (2010) questiona-se: é adequada a responsabilidade pela operacionalização das leiras ser exclusivamente de um grupo de voluntários? Não havendo mais a mobilização dos voluntários para a execução do serviço, qual será o rumo da atividade? Preocupação que merece atenção considerando o investimento das verbas públicas, que precisa ser honrado. Ao mesmo tempo, é importante que se intensifique a mobilização do coletivo, buscando alternativas de renda e captação de recursos, por meio de editais ou parcerias com instituições públicas ou privadas, que podem potencializar o uso do espaço e atrair mais participantes.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marcos J. de. **Gestão comunitária de resíduos orgânicos: o caso do projeto Revolução dos Baldinhos (PRB), capital social e agricultura urbana.** 2013. Dissertação

(Mestrado em Agroecossistemas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 182 p. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107404/320464.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 19 nov. 2023.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. [Site institucional]. Disponível em:

<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes>>. Acesso em: 18 out. 2023.

AUTARQUIA COMCAP. **Plano de trabalho (edital FSC)**, Florianópolis, 2018. Disponível em:

<[https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/01\\_06\\_2018\\_13.18.42.b0d5f87b92b71687eb2dc052ed3a7913.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/01_06_2018_13.18.42.b0d5f87b92b71687eb2dc052ed3a7913.pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2023.

AUTARQUIA COMCAP. Convênio nº 001/2021. Florianópolis, 01 set. 2021.

BARROS, Aidil de J. P. de; LEHFELD, Neide A. de S. **Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas**. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 210.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm)>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.305/2010, de 02 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm)>. Acesso em: 11 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 02 de 15 de junho de 2012. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**, 2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002\\_12.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2023.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FLORIANÓPOLIS (SC). **Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos**, 2016. Disponível em: <PMGIRS\_CADERNO\_6\_Versao Final Plano de Coleta Seletiva (1).pdf>. Acesso em 05 nov. 2023.

FLORIANÓPOLIS (SC). Lei PMF nº 10.051 de 08 de abril de 2019. **Dispõe sobre a obrigatoriedade da reciclagem de resíduos sólidos orgânicos no município de Florianópolis**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/2019/1051/10501/lei-ordinaria-n-10501-2019-dispoe-sobre-a-obrigatoriedade-da-reciclagem-de-residuos-solidos-organicos-no-municipio-de-florianopolis>>. Acesso em: 11 set. 2023.

FLORIANÓPOLIS (SC). **Seleção de nº 001 de agosto de 2020**. Ampliação e Fortalecimento da Valorização de Resíduos Orgânicos em Florianópolis. Florianópolis, Autarquia de

Melhoramentos da Capital COMCAP, 2020.

**FLORIANÓPOLIS (SC). Chamada Pública nº 591/SMA/DSL/C/2021**

Instruções aos Proponentes [Credenciamento de Pessoas Jurídicas especializadas para prestação de serviços de característica continuada de tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos recicláveis orgânicos – fração resto de alimentos]. Florianópolis: Prefeitura de Florianópolis, setor de administração, 2021.

**FLORIANÓPOLIS (SC). Edital de chamamento de interessados nº**

**302/SMLCP/SULIC/2023** [Credenciamento de Pessoas Jurídicas especializadas para prestação de serviços de característica continuada de tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos recicláveis orgânicos – fração resto de alimentos]. Florianópolis: Prefeitura de Florianópolis, setor de licitações, contratos e parcerias, 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre a iniciação à pesquisa científica**. 5. ed. Campinas: Editora Alínea, 2011.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRÜN, Mauro. **Ética E Educação Ambiental: a Conexão Necessária**. Papyrus Editora, 1996 - 120 páginas.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5727070/mod\\_resource/content/1/ideias-para-adiar-o-fim-do-mundo-1-34.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5727070/mod_resource/content/1/ideias-para-adiar-o-fim-do-mundo-1-34.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Porto Alegre: Artemed, 2001.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da Pesquisa para o Professor Pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SANTA CATARINA. **Critérios técnicos para elaboração de projeto, operação e monitoramento de pátios de compostagem de pequeno porte**. 2017. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/Cepagro/boletim-critrios-tnicos-para-elaborao-de-projeto-operao-e-monitoramento-de-ptios-de-compostagem-de-pequeno-porte>>. Acesso em: 15 set. 2023.

SANTA CATARINA. Instrução Normativa nº 75, 2020 IMA. **Unidade de compostagem de resíduos sólidos urbanos ou equiparados, segregados na fonte**. Disponível em: <<https://in.ima.sc.gov.br/>>. Acesso em: 15 set. 2023.

SMMA FLORIANÓPOLIS. [Site institucional]. **Gestão de resíduos orgânicos**. Disponível em:

<

SMMA FLORIANÓPOLIS. [Site institucional]. **Residuômetro em tempo real**. Disponível em:

<<https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/residuos/index.php?cms=residuometro+em+tempo+real&menu=0>>. Acesso em: 11 set. 2023

SOUZA, Karina da Silva de. [**Relatório de movimentação de resíduos orgânicos do Morro do Quilombo**]. WhatsApp: [Grupo Gestão de Resíduos e Morro do Quilombo]. 01 nov. 2023. 12:26. 1 mensagem de WhatsApp.

SOARES, Tobias Gustavo Silva; ARISI, Barbara Maisonnave. **Economia circular no rumo da sociedade circular e da bioeconomia**: iniciativas de compostagem urbana de lixo orgânico em São Paulo e Florianópolis. PortoAlegre: Iuminuras. v. 21, n. 55, p. 246-263, dezembro, 2020. Disponível em:

<<https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/107065/pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

TIRIBA, Léa; PROFICE, Cristiana. **O direito humano à interação com a natureza**. In: SILVA, Aida Maria Monteiro; TIRIBA, Léa. Direito ao ambiente como direito à vida: desafios para a educação em direitos humanos. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

## APÊNDICE I

### QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA

1. Fale um pouco sobre sua contribuição no EcoQuilombo, como você chegou nesse espaço e quem são as pessoas que estão contribuindo atualmente nas atividades.
2. Há alguma previsão de assessoramento técnico por parte da Comcap, para a manutenção das leiras?
3. Qual a previsão para a inauguração do pátio de compostagem? Como tem sido o diálogo com a Comcap a respeito?
4. Qual a alegação dos responsáveis sobre a morosidade para a inauguração?
5. Considerando que o termo de convênio entre COMCAP/SMMA e ABI prevê 01 ano de vigência e considerando a data de assinatura do documento (01.09.2021), não tendo ainda o pátio entrado em operação, foi assinado um aditivo ao termo de convênio?
6. No termo de convênio entre COMCAP e EcoQuilombo consta como responsabilidade da ABI o pagamento das contas de água e energia elétrica. Como a ABI tem se organizado para o pagamento dessas despesas?
7. Em sua percepção, qual é o papel do pátio de compostagem e da horta comunitária no espaço em que está inserido?
8. Como está sendo a participação comunitária nas atividades do pátio de compostagem e horta comunitária?
9. Há algum monitoramento sobre a participação comunitária na separação dos resíduos orgânicos para a compostagem?

10. Quais são os principais benefícios, desafios e problemáticas observados para a operação do pátio de compostagem, pela comunidade?
11. Considerando a compostagem ainda não estar sendo realizada no local, o coletivo EcoQuilombo tem mobilizado outras atividades?
12. Como a ABI e o EcoQuilombo têm se mobilizado para a construção de novas parcerias?
13. A ABI ou o coletivo EcoQuilombo possui alguma fonte de recursos para as eventuais despesas que ocorrem com a horta comunitária e o pátio de compostagem?
14. No que é possível avançar?